

**Agenda de compromissos dos objetivos de desenvolvimento
do Milenio Governo Federal e Municipios 2013-2016 -
Instrumento para o fortalecimento da gestao publica no Brasil**

Paula Ravanelli Losada e Irene Mergener Cunha
Brasil

Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Governo Federal e Municípios 2013-2016 – um novo instrumento para o fortalecimento da Gestão Pública

Paula Ravanelli Losada e Irene Mergener Cunha

Introdução

Na história brasileira, o fortalecimento da autonomia federativa das unidades subnacionais deu-se de forma intimamente associada ao processo de redemocratização do país, a partir da década de oitenta (1980). Este processo foi marcado por uma forte oposição política à tutela centralizadora e autoritária exercida pelo regime militar sobre a população e a própria Federação brasileira. Com isso, a estrutura do Estado brasileiro foi profundamente alterada do ponto de vista das relações intergovernamentais e da relação com a sociedade. (Abrucio, 1998).

A Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, repactuou a relação entre o Estado e a Sociedade, colocando na agenda política do país os temas da participação e do controle social sobre as políticas públicas e promoveu o conceito de sistema de proteção social sob a forma de políticas sociais de acesso universal e gratuito. A nova Carta Magna também consagrou o processo de descentralização político-administrativa e fiscal do país, fortaleceu a autonomia e a base tributária dos governos subnacionais, e aumentou o volume das transferências de recursos intergovernamentais. Além disso, com o reconhecimento constitucional dos municípios como entes federativos, criou uma inovação, sem precedentes do direito internacional, uma Federação de três níveis de governo, pois em geral as Federações se organizam por meio da articulação de apenas dois níveis: o governo federal e os órgãos intermediários de poder (Províncias, Regiões ou Estados).

A maior autonomia reconhecida aos governos municipais pela Constituição favoreceu um ciclo de inovação na elaboração de políticas públicas no âmbito local. Vários programas desenvolvidos primeiro no âmbito municipal foram adotados depois por outras esferas de governo, como é o caso dos programas de transferência de renda, por exemplo. Ressalte-se ainda que a instituição de

canais de participação na gestão pública integrou novos atores sociais na formulação e execução de políticas públicas tanto pela instituição dos Conselhos Setoriais de Políticas Sociais, que já estavam previstos na Constituição de 1988, como pela criação de novos mecanismos de participação na gestão pública, cujo exemplo mais conhecido é o Orçamento Participativo¹.

Contudo, ainda é um desafio viabilizar uma agenda compartilhada entre os entes federados que compõem a República Federativa do Brasil, de modo a obter o compromisso público com uma nova ordem mundial baseada na cooperação e na integração regional, nacional e internacional.

Ao instituir uma federação trina, a Constituição Federal consagrou o processo de descentralização político-administrativa do país, com a elevação constitucional dos municípios à condição de entes federados e marcou a transição de um “federalismo centralizado e tutelado” para construção progressiva, complexa e contraditória de um federalismo renovado, cooperativo e fortemente descentralizado (Trevas, 2005).

Para a efetividade deste “federalismo trino” é necessário a constituição e o fortalecimento de mecanismos de articulação intergovernamental que promovam o maior compartilhamento da gestão das políticas públicas, bem como a efetiva capacidade dos entes de realizarem suas competências constitucionais

A idéia de estruturação da Agenda de Compromissos a partir da inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM foi lançada no período de Governo Lula, em 2009, e reavaliada nas reuniões do grupo de trabalho para aperfeiçoamento da Agenda de Compromissos do Governo Federal com os municípios 2013-2016 em 2011.

Diante da necessidade de induzir um processo de municipalização dos ODM e de apoiá-los nesse processo, o Governo Federal desenvolveu a Agenda de Compromissos, tendo como base as principais políticas nacionais e programas

¹ Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos de participação cidadã.

federais, cuja execução esta descentralizada para o nível local, relacionados aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Embora a política social brasileira seja mais ampla e complexa que isso, essa decisão visou o desenvolvimento de um instrumento de planejamento e monitoramento simplificado, capaz de fortalecer a gestão municipal.

Objetivos

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram definidos por 191 países - entre eles o Brasil – durante a Cúpula do Milênio, realizada pela ONU em 2000. Os países se comprometeram a trabalhar para melhorar o mundo até 2015. Trabalhar para o alcance das metas do milênio é, portanto, um compromisso do Brasil com a ONU.

Assim, em setembro de 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM foram estabelecidos a partir da Declaração do Milênio das Nações Unidas com os oito compromissos concretos, que, se cumpridos nos prazos fixados deverão melhorar o destino da humanidade. São eles: 1- Acabar com a fome e a miséria; 2- Educação Básica de Qualidade para Todos; 3- Igualdade entre os sexos e a valorização da mulher; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde das gestantes; 6- Combater a aids, a malária e outras doenças; 7- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e 8- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

A Agenda de Compromissos de Desenvolvimento do Milênio Governo Federal e Municípios – 2013-2016 tem por objetivo constituir-se em um instrumento que possibilite aos prefeitos e prefeitas do Brasil estabelecer e monitorar um conjunto de compromissos sociais e esclarecer como os principais programas do Governo Federal poderiam ajudar os municípios a alcançá-los e auxiliá-los no planejamento administrativo.

Ela estabelece um pacto entre o Governo Federal e os mais de cinco mil prefeitos e prefeitas para a execução de ações que melhorem as condições de vida da população, de acordo com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Foram selecionados os principais programas federais que têm relação direta com o cumprimento dos oito objetivos e indicadores de cada programa e ou política pública para que metas sejam assumidas anualmente pelos gestores municipais durante o período de quatro anos do mandato municipal.

Os critérios de seleção dos programas foram o alinhamento com os ODM, a abrangência dos programas que deveria oferecer cobertura aos 5563 municípios brasileiros, a existência de indicador medido anualmente pelo Governo Federal e a governabilidade por parte dos gestores municipais para alterar anualmente esses indicadores.

Outro objetivo da Agenda é fornecer aos gestores municipais indicadores que contextualizem o município em relação ao país, estado e região a que pertençam, com uma orientação clara sobre a seleção de indicadores de processo, relacionando-os aos programas federais, de forma a introduzir a cultura da gestão por resultados.

Conhecer a realidade do município é o primeiro passo para implantar uma administração exitosa. Nesse sentido, a Agenda utiliza a informação como principal base de apoio à decisão estratégica de prefeitos e prefeitas. Desse modo, com uma plataforma disponível na WEB, os prefeitos e prefeitas poderão trabalhar com informações, por meio da Agenda de Compromissos, que permitem monitorar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na gestão administrativa.

Os indicadores sociais fornecidos pelo Governo Federal facilitam o planejamento e o monitoramento do panorama municipal. Tais indicadores alinhados às políticas sociais federativas e aos Objetivos do Milênio favorecem a gestão das necessidades dos cidadãos, pois traçam um diagnóstico local e permitem o estabelecimento de metas anuais factíveis para os quatro anos de mandato dos prefeitos brasileiros.

A Agenda de Compromissos compara os resultados alcançados de cada município que se comprometeu a atingir as metas do milênio, e certifica anualmente os (as) gestores (as) que desenvolvem as melhores práticas.

Ao disponibilizar as informações para a sociedade e contar com a participação popular, a Agenda de Compromissos também funciona como instrumento de transparência e coesão social. Esta iniciativa motiva o reconhecimento público do (a) gestor (a) e a população se beneficia com os objetivos atingidos.

Metodologia de Construção da Agenda

O ponto de partida para a construção da Agenda de Compromissos foi a necessidade do Governo federal de articular-se com os mais de cinco mil municípios para operacionalizar políticas públicas municipalizadas em todo o território nacional.

A eficiência das políticas federativas é tanto maior quanto maior for a clareza das autoridades municipais com relação ao papel institucional do município como ente federado. Tal clareza implica conhecimento e aplicação das políticas de caráter federativo, bem como o conhecimento da realidade e das necessidades locais do ente municipal.

O principal enfoque metodológico da Agenda foi territorial, voltado para os municípios com desempenho fraco na dimensão da gestão pública, com deficiências no planejamento, execução e monitoramento. Considera-se que as políticas de fortalecimento da gestão devem passar por incentivos à utilização de instrumentos de planejamento e monitoramento baseados em indicadores e por um modelo que facilite a troca de experiências de gestão com outros municípios.

O enfoque territorial é uma abordagem integral de espaços e sociedades, que configuram uma unidade heterogênea e única, com elementos de coesão social e espacial formados em um processo histórico de construção de identidades. Procura acionar mecanismos de integração interna e externa, articular políticas públicas e iniciativas coletivas que contribuam para a sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas.

Nesse sentido, como premissa, a ferramenta deveria ser aberta à sociedade de forma a permitir o acompanhamento on-line das metas estabelecidas pela administração pública, possibilitando que o cidadão não somente acompanhe,

mas participe da gestão municipal. Ao disponibilizar informações para a sociedade e contar com a participação social, a Agenda funciona como um instrumento de transparência e coesão social e espacial, pois promoverá o reconhecimento público dos prefeitos de todo o país que se empenharem em atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A coesão social busca a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento e a inclusão. A coesão espacial procura expressar espaços, recursos, sociedades e instituições existentes em sub-regiões que se vejam integradas em seus aspectos culturais, políticos e sociais. A história e a identidade, a coesão social e espacial, os dissensos e os acordos são, portanto, os elementos que estruturam e articulam os processos que ordenam o desenvolvimento das sociedades sub-regionais, denominadas “territórios” (Guimaraes, 2003)

A partir disso, considerou-se a necessidade de adoção de indicadores municipalizados que possibilitem o acompanhamento da gestão local para proporcionar maior transparência da gestão e adotar estratégias modernas de atuação no meio eletrônico (Internet), como estratégia federativa do Governo Federal para aumentar as chances de obter ganhos reais de produtividade, eficiência e possibilitar o desenvolvimento de diferenciais competitivos e sustentáveis para os Municípios.

Para isso, o governo federal desenvolveu um instrumento a ser disponibilizado a todos os municípios para apoiar um processo de gerenciamento intensivo e inovar nos mecanismos de gestão para enfrentar os desafios colocados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Governo e Municípios 2013-2016 é esse instrumento que representará um pacto federativo concreto para a melhoria dos indicadores sociais de cada município brasileiro.

A Agenda fornece informações sobre o apoio dos principais programas federais e os indicadores sociais relacionados aos ODM. Assim, a tomada de decisões

estratégicas e o estabelecimento de metas factíveis pelos prefeitos e prefeitas são estimulados para os quatro anos de mandato municipal.

Dessa forma, a Agenda permite comparar, anualmente, os resultados alcançados da cada município que se comprometeu a atingir as metas relacionadas aos ODM e certificar os gestores que as atingiram.

Nos últimos anos, os exemplos de boas práticas de gestão, em um contexto mais democrático, participativo e efetivo se multiplicaram, as experiências premiadas na 4ª edição do Prêmio ODM Brasil são um exemplo disso, mas é necessário expandir para todos os municípios brasileiros essas boas práticas.

O Sistema Web da Agenda de Compromissos



O Sistema da Agenda de Compromissos tem data prevista de lançamento no início do mandato dos novos prefeitos, em 2013. Para isso, a estratégia será desenvolver o sistema de monitoramento das metas automático e disponível na internet, cujas diretrizes são:





- Induzir a gestão municipal estratégica alinhada às principais Políticas Sociais Federativas e aos oito ODM;
- Apoiar a gestão municipal com instrumento de planejamento e monitoramento;
- Promover a mudança cultural para a utilização de informação como apoio à decisão estratégica;
- Obter simplicidade no preenchimento de dados;
- Disponibilizar automaticamente os indicadores;
- Reduzir a um indicador por programa para simplificar o processo;
- Disponibilizar diagnóstico (indicadores de impacto) aos gestores municipais;
- Contextualizar os indicadores por tempo e território;e
- Fomentar a melhoria da gestão municipal com suporte de informação.



O Sistema da Agenda em desenvolvimento foi construído de forma contemplar para cada um dos oito ODM: um balanço da situação do Brasil e um grupo de dois até quatro programas federais por ODM, com um indicador por programa, de forma a explicar como cada programa selecionado contribui para modificar a situação e atingir a meta Brasil.

A seleção dos programas e indicadores foi realizada pelo ministérios responsáveis pelos programas federais com o critério de selecionar os três principais programas que mais contribuem para cada ODM e que possuem cobertura a todos os municípios brasileiros, com a escolha de apenas um indicador por programa com o objetivo de compor a Agenda de modo simplificado para facilitar a adesão dos municípios com maior deficiência de gestão. Os programas encontram-se relacionados no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Programas e indicadores selecionados por ODM

ODM	Política Pública/ Programa	Indicador
	Programa Bolsa Família	Índice de Gestão Descentralizada
	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	Total de agricultores fornecedores
	Proteção Social Básica	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social Municipal (IGDSUAS-M)
	Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos	Número de matrículas em educação infantil 4 - 5 anos
	Ampliar a oferta de educação infantil	Matrículas em educação-infantil 0 a 3 anos
	Oferecer educação em tempo integral nas	Número de matrículas em tempo integral

	escolas públicas de educação básica	
	Atingir as médias nacionais para o IDEB	IDEB – Anos Iniciais
	Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero	Matrículas em educação-infantil 0 a 3 anos
	Pacto Nacional pelo enfrentamento à Violência contra a Mulher	Total de serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência
	Atenção Básica	Cobertura de atenção básica
	Mortalidade Infantil	% de óbitos infantis investigados
	Programa Nacional de Imunização	Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+HIB) em crianças menores de 1 ano
	Rede Cegonha 1- Pré-natal	Proporção de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal/ano
	Rede Cegonha 2 - Partos Normais	Proporção de partos normais
	Rede Cegonha 3 - Mortalidade materna	% de óbitos de mulheres em idade fértil investigados
	Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids	Proporção de pacientes HIV positivo com 1º CD4 inferior a 350 cel/mm3 registrado no SISCEL
	Malária	Índice parasitário anual (IPA) da malária
	Dengue	Número de óbitos por dengue

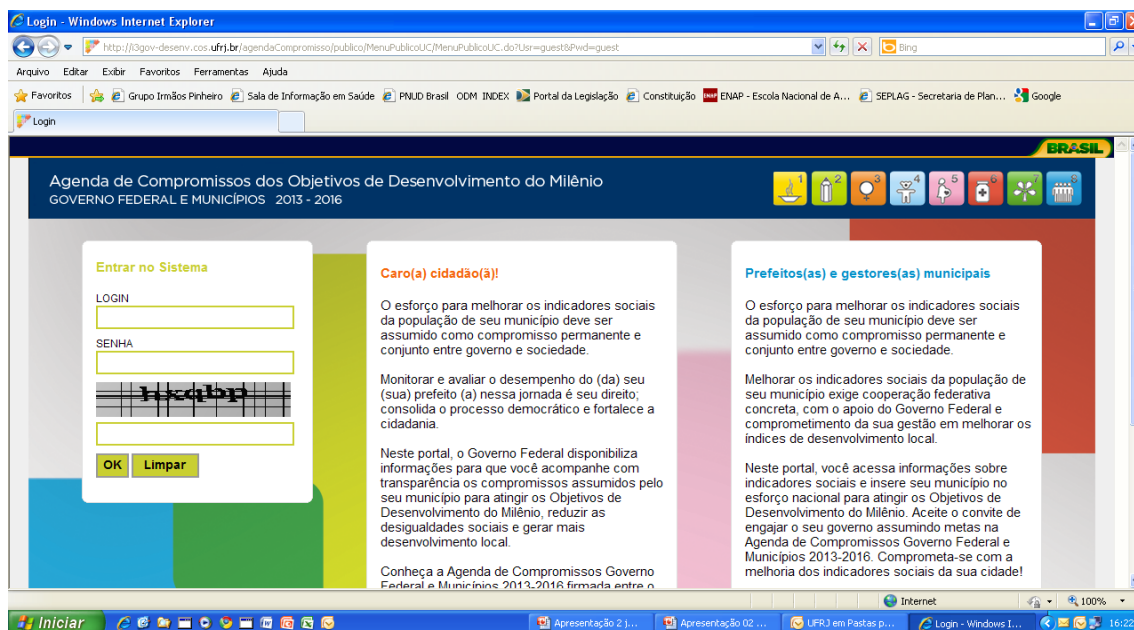
	Tuberculose	Taxa de incidência de tuberculose
	Abastecimento de Água	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento
	Esgotamento Sanitário	Índice de atendimento urbano de esgoto com rede coletora
	Resíduos Sólidos	% de resíduos recolhidos pela coleta seletiva
	Programa Microempreendedor Individual - MEI	Total de MEI existentes
	Simplex Nacional	Número de optantes pelo Simplex Nacional
	Esforço Fiscal e a Receita Corrente Líquida	Receita corrente líquida municipal

Estrutura do Sistema Web

A estrutura da Agenda compreende os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Cada objetivo é composto por programas federais para auxiliar o município na melhoria dos indicadores sociais.

O Sistema da Agenda se apresenta estruturado para duas formas distintas de acesso. A primeira destinada aos cidadãos brasileiros é aberta, sem a necessidade de senha ou de login de acesso e a segunda destinada aos gestores municipais com senha e login. A figura 1 ilustra a tela inicial em construção:

- Figura 1 – Tela inicial do Sistema



Ao entrar no sistema como cidadão, a tela seguinte será um tutorial em 8 passos com o objetivo de instruir o cidadão para acompanhar o cumprimento das metas de seu prefeito. O tutorial terá o seguinte texto: “Com os oito passos a seguir, você se informa sobre como utilizar a sua Agenda de modo prático, para facilitar o enfrentamento dos desafios colocados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com efetividade:

1. Navegue em cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM e informe-se no texto sobre a situação do país em relação ao alcance dos objetivos.
2. Conheça os principais programas que o governo federal oferece ao seu município para contribuir com o alcance de cada Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
3. Informe-se sobre o indicador de cada programa federal e conheça a realidade social da sua cidade
4. Cobre de seu prefeito a adesão à Agenda de Compromissos de Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio Governo Federal e municípios 2013 – 2016.
5. Acompanhe as metas estipuladas pelo prefeito(a) para o cumprimento de cada ODM no quadro de metas.
6. Participe do plano de ação para atingir a cada meta fixada

7. Monitore se as metas estão sendo atingidas
8. Se as metas forem atingidas reconheça o esforço da gestão municipal e das parcerias com a sociedade civil. Se as metas não forem atingidas, sugira melhorias nos planos de ação para atingi-las no próximo ano.

Ao entrar no sistema como gestor municipal, a tela seguinte contará com o loguin e senha. Isso será feito de modo a aproveitar a mesma senha e loguin do SICONV, Sistema de Convênios do Governo Federal, para facilitar a identificação com segurança de modo a permitir que apenas gestores municipais possam assumir metas e preenchê-las no sistema.

A seguir, haverá um tutorial específico para gestores municipais em 8 passos com o objetivo de instruí-los. O tutorial terá o seguinte texto :“ Com os oito passos a seguir, você se informa sobre como utilizar a sua Agenda de modo prático, para facilitar o enfrentamento dos desafios colocados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com efetividade.

1. Navegue em cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM e informe-se no texto sobre a situação do país em relação ao alcance dos objetivos.
2. Conheça os principais programas do governo federal selecionados na agenda para contribuir com o alcance de cada Objetivo de Desenvolvimento do Milênio no seu município.
3. Acesse o indicador informado sobre a realidade da sua cidade em cada programa federal.
4. Reúna a equipe de governo municipal e representantes da sociedade civil e estipule metas anuais para melhorar cada indicador local. As metas estipuladas devem ser preenchidas ao final de cada programa no quadro de metas.
5. Faça um plano de ação para atingir a cada meta fixada.
6. Verifique anualmente se cada meta foi atingida.
7. Imprima o certificado caso todas as metas de um ODM tenham sido atingidas. Se as metas não forem atingidas, faça correções nos planos de ação para obter melhorias no próximo ano.

8. Receba o certificado de Êxito Total no caso de alcançar naquele ano todas as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Certificado de Êxito Total será entregue em cerimônia em Brasília.

Em relação ao conteúdo, a estrutura do Sistema da Agenda se apresenta dividida por Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Para cada ODM há duas partes distintas.

Na primeira parte, como pode ser visto na figura 2, há um balanço do compromisso tendo como referência o país, nela estão descritas para cada ODM:

- A evolução do cumprimento de metas 2000 a 2012 ou um balanço últimos anos;
- Como está a situação do país em relação a esse compromisso - evolução até 2012;
- Quais são as metas e planos do Governo Federal 2013-2016.

➤ Figura 2 – Primeira parte de um ODM

The screenshot displays the 'Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio' for 'ABADIA DE GOIAS (GO)'. The interface includes a navigation bar with options like 'Alterar município', 'Imprimir', and 'Download da Agência'. A sidebar on the left lists seven ODM categories: 1. ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA; 2. EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS; 3. IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER; 4. REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL; 5. MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES; 6. COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS; 7. QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE. The main content area is titled 'MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES' and contains the following text:

O Brasil avançou, mas ainda não atingiu a meta de reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a razão de mortalidade materna. Segundo estimativas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), a razão de mortalidade materna era de 141 por 100 mil nascidos vivos em 1990 e declinou para 68 por 100 mil nascidos vivos em 2010. A meta é atingir 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos, em 2015.

Uma maior redução da mortalidade materna depende das ações de promoção integral da saúde das mulheres em idade fértil, em um contexto de desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública em regime de cooperação entre os governos Federal, Estadual e Municipal e com a participação da sociedade.

Para melhorar a saúde materna o Ministério da Saúde instituiu, em 2011, no âmbito do SUS, a Rede Cegonha que é composta por quatro componentes (1) pré-natal; (2) parto e nascimento; (3) puerpério e atenção integral à saúde da criança; (4) sistema logístico: transporte sanitário e regulação. Ela constituiu-se como uma "rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e puerpério, bem como à criança direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis" (Ministério da Saúde, 2011).

Na segunda parte, figura 3, estão os programas que contribuem para o atingimento do ODM. Para cada Plano ou Programa selecionado aplicado ao município há:

- Breve descrição do Plano ou Programa selecionado.

- Como o Plano/Programa pode auxiliar o governo municipal a cumprir o compromisso ODM.
- Diagnóstico da situação do município (inclusão explicações , indicadores de impacto do Portal ODM).
- Inclusão de referenciais: Brasil, Estado sobre a situação do município.
- Indicador selecionado – explicação da situação do município (linha de base).
- Breve explicação do indicador .
- Links para páginas do Ministério que se fizerem necessários a uma melhor compreensão da política pública em referência.

➤ Figura 3 – Segunda parte de um ODM

The screenshot shows the 'Agenda de Compromissos' interface. On the left is a sidebar with various ODM indicators, with 'MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES' (Indicator 5) selected. The main content area displays the title 'MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES REDE CEGONHA 2 – PARTOS NORMAIS'. Below the title, there is a brief description of the program's goals and a link for more information. A 'Salvar' button is visible. At the bottom, a table titled 'Metas do Governo' shows the 'Proporção de partos normais' for the years 2013-2016 and a total, with both 'Estimado' and 'Realizado' columns showing 0,00.

Ano	Proporção de partos normais	
	Estimado	Realizado
2013		
2014		
2015		
2016		
TOTAL	0,00	0,00

Teste Piloto e Readequação

Está prevista a realização de uma oficina de teste do Sistema da Agenda de Compromissos. O evento será realizado com a participação de gestores de 10 municípios selecionados que serão convidados a simular o processo de adesão e assunção de compromissos, por meio da declaração de metas. Esse procedimento tem a finalidade receber sugestões de aperfeiçoamento daqueles que serão usuários do sistema.

Os critérios de seleção dos municípios para o teste piloto da Agenda foram: 1- municípios premiados na 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil - Rio Branco / AC; Alfenas / MG; Contagem / MG; Glaucilândia / MG; Montes Claros / MG; Silva Jardim / RJ e 2- municípios, que tem reconhecidas ações na gestão municipal relacionadas aos ODM, abrangendo as diversas regiões do país - Ubiratã / PR; Paulista / PE; Manaquiri / AM e Gandu / BA.

Na oficina será feita uma apresentação da Agenda de Compromissos para sensibilizar a adesão dos prefeitos que já tem experiências anteriores reconhecidas no sentido de estabelecer políticas públicas para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Nessa oportunidade, ocorrerá o treinamento dos gestores dos municípios selecionados no Sistema da Agenda.

Como resultado do teste piloto, as críticas e sugestões de aperfeiçoamento dos municípios que testarem a Agenda possibilitarão um processo de melhoria com a visão local sobre o instrumento.

Estratégia de Sensibilização e Divulgação

A estratégia de divulgação da Agenda é ponto crítico de sucesso nesse projeto, pois trata da sensibilização para uma mudança cultural dos prefeitos e prefeitas brasileiros. É necessário convencimento para a adoção desse instrumento de melhoria da gestão visando resultados.

O foco prioritário de sensibilização e divulgação da Agenda de Compromissos são os novos prefeitos, mas será importante mobilizar, também, os Governos Estaduais e a sociedade civil organizada. A divulgação da Agenda poderá atingir também o público internacional do sistema da Organização das Nações Unidas - ONU em prol dos ODM.

Está previsto difundir aos prefeitos o sistema de monitoramento da Agenda no início de 2013. No entanto, a estratégia de divulgação da Agenda de Compromissos do Governo Federal e Municípios 2013-2016 deverá começar antes. A partir da Marcha dos Prefeitos à Brasília 2012, evento da Confederação Nacional de Municípios – CNM, ocorrida em meados de maio de 2012, foi feita a primeira divulgação de impacto político nacional.

Uma oficina será realizada, em Brasília com os prefeituras que aderiram as ODM(Agosto 2012), além disso, serão feitas 27 Oficinas com associações Estaduais, uma por capital do país, (Agosto a Setembro de 2012).

Outra estratégia será voltada ao comprometimento dos candidatos às prefeituras, uma vez que haverá a renovação dos prefeitos em 2013, pois no Brasil haverá eleições municipais em outubro de 2012 com posse dos eleitos em janeiro de 2013. Para tal, haverá um certificado de pré-adesão aos candidatos a prefeitos que se comprometerem a aderir à Agenda se eleitos.

Nos 27 Estados será divulgada a Agenda, procurando atingir o maior número possível de municípios por meio de parcerias com redes de boa capilaridade. Folders serão distribuídos aos parceiros em rede para todos os municípios, como por exemplo: a Caixa, BB, SEBRAE e outros.

O lançamento oficial será feito pela presidenta Dilma, em 27 de fevereiro de 2013, em Brasília, em evento que reunirá todos os 5563 novos prefeitos e prefeitas, além de representantes do governo municipal.

Considerações Finais

O pacto federal requer uma ação contínua que promova a cooperação intergovernamental e a partilha de responsabilidades na formulação e execução de políticas públicas. “Os arranjos cooperativos estão particularmente vocacionados à prossecução dos dissensos razoáveis (Habermas) ou das soluções discursivamente validadas e à transposição das assimetrias regionais.” (Silveira, 2002)

A federação é um recurso estratégico da sociedade brasileira para a efetivação de políticas públicas: um país de dimensão continental constituído por diversidades culturais, ambientais e étnicas molduradas por um histórico e recorrente processo de desigualdades sociais e regionais e, ao mesmo tempo com um forte sentimento de identidade nacional.

Nessa federação caracterizada por grandes desigualdades regionais, a função de articulação da União, seja no seu aspecto redistributivo ou de indução e apoio para a definição e implementação de políticas públicas constitui um aspecto fundamental da coesão entre os diversos interesses dos entes

federados que compõe a nação. A descentralização da execução de políticas é compatível com a centralização da autoridade, mesmo em estados federativos (Obinger et alii, 2005). As prioridades políticas dos governos subnacionais podem ser largamente afetadas pela estrutura de incentivos derivada de suas relações com níveis superiores de governo (Arretche, 2000).

A Agenda de Compromissos de Desenvolvimento do Milênio Governo Federal e Municípios – 2013-2016 tem como desafio firmar entre os entes autônomos da federação o que deve ser feito e estipular prazos para o cumprimento, de forma a tornar possível atingir objetivos do desenvolvimento do milênio em tempo hábil.

Embora o Brasil esteja bem posicionado em relação aos ODM, quando os dados são desagrupados, verifica-se que em muitos municípios o alcance dos objetivos ainda está distante. As médias escondem problemas pontuais em diversos municípios brasileiros, tornando-se necessário apoiá-los para a melhoria dos indicadores sociais.

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Luiz Fernando (1998). “Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira”. São Paulo, Hucitec/Edusp 1998.

ABRUCIO, Luiz Fernando (2005). “A Coordenação Federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula”. Curitiba: Rev. Sociologia e Política nº 24, p.41-67, jun.2005.

AFONSO, José Roberto Rodrigues e ARAÚJO, Erika Amorim. (2006), “Local Government Organization and Finance: Brazil”, in A. Shah (ed.), Local Governance in Developing Countries. Washington, The World Bank, pp. 1-38.

ARRETCHÉ, Marta. (2000), Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da descentralização. Rio de Janeiro, 2000.

GUIMARAES, Marcelo Ducan A. (2003) Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Textos para Discussão. NEAD/MDA-2003

HABERMANS, Jurgen (1986) O discurso filosófico da Modernidade, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.

SILVEIRA, Alessandra Aparecida de Souza, “A cooperação intergovernamental no Estado composto brasileiro: análise jurídico- constitucional”, VII Congresso da CLAD, Portugal, outubro 2002

TREVAS Vicente (2004), “O Governo Lula e a estratégia de fortalecimento da federação: o caso do Comitê de Articulação Federativa”, Artigo apresentado no IX CLAD sobre Reforma do Estado e da Administração Pública, Agosto de 2004

RESENHA BIOGRÁFICA

Paula Ravanelli Losada, graduada em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), é advogada e procuradora municipal da Prefeitura de Cubatão-SP, atualmente está cedida à Presidência da República do Brasil, onde é Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Endereço: Palácio do Planalto, Anexo I Superior, sala 205-A - CEP 70150-900 Brasília – DF

Telefones: 55 61 3411-3297/3298 Fax: 55 61 33234304.

E-mail: paula.losada@presidencia.gov.br

Site: www.portalfederativo.gov.br

Irene Mergener Cunha, graduada em Arquitetura pela Universidade de Brasília (UnB) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Endereço: Palácio do Planalto, Anexo I Superior, sala 205-A - CEP 70150-900 Brasília – DF

Telefones: 55 61 3411-3297/3298 Fax: 55 61 33234304.

E-mail: irene.cunha@presidencia.gov.br

Site: www.portalfederativo.gov.br